



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**INDISCIPLINA ESCOLAR: FATOR PROBLEMA NO AMBIENTE
ESCOLAR E OS DESAFIOS PARA GESTÃO DEMOCRÁTICA.**

ECI MAGALHÃES DRUMOND

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**INDISCIPLINA ESCOLAR: FATOR PROBLEMA NO AMBIENTE
ESCOLAR E OS DESAFIOS PARA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Débora Cristina de Gonzaga Camilo do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

ECI MAGALHÃES DRUMOND

INDISCIPLINA ESCOLAR: FATOR PROBLEMA NO AMBIENTE ESCOLAR E OS DESAFIOS PARA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 16/10/2013, como requisito necessário para a obtenção do título de especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do professor- Avaliador

Débora Cristina de Gonzaga Camilo – Orientadora

Eci Magalhães Drumond- Cursista

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, a Kátia minha vice-diretora, que nos momentos mais difíceis de minha vida esteve presente ao meu lado e não me deixou desistir e também a Hilkiara minha coordenadora que foi uma grande parceira nestes últimos meses desta minha jornada. Ao meu marido pela paciência e aos meus filhos que muitas vezes os deixei para poder dedicar aos meus estudos e aquelas pessoas que direta ou indiretamente também me ajudaram.

RESUMO

O trabalho aborda a indisciplina na escola, levantando reflexões e possíveis soluções para a mesma. O tema foi escolhido após análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Maria das Graças Ferreira, visto que a indisciplina foi apontada como uma das principais situações problema da escola. Esta questão se tornou um dos grandes desafios a ser enfrentado pela Gestão Democrática, e tem sido vivenciada de forma muito intensa na atualidade, sendo apontada como um fator de muitas discussões entre os professores, a família e a equipe gestora da Escola Municipal Maria das Graças Ferreira. Portanto, carece de ser pensado e trabalhado na instituição.

Palavras-chave:

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
INDISCIPLINA ESCOLAR: FATOR PROBLEMA NO AMBIENTE ESCOLAR E OS DESAFIOS PARA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	09
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	11
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	12
ANEXO Projeto Político Pedagógico.....	13

INTRODUÇÃO

A indisciplina escolar tem se demonstrado um tema que ocupa cada vez mais espaço nas reflexões referentes à Gestão Democrática nas escolas. E ela não pode ser descartada, ou deixada de lado pela equipe gestora, uma vez que a indisciplina tumultua e gera problemas para a escola, prejudicando os sujeitos que ali estão inseridos.

Esse fato nos faz refletir sobre a indisciplina escolar que perpassa por muitos anos e é um dos reflexos mais visíveis na escola. Essas mudanças ocorridas na sociedade acabam por influenciar os indivíduos existentes nela e conseqüentemente acabam por influenciar sua vida escolar.

Vasconcelos (2013) afirma que um aluno com problemas de indisciplina deve passar por uma análise mais detalhada, buscar a causa geradora desse conflito. A equipe gestora deve investigar a relação do aluno com a classe, com o conteúdo trabalhado, com o que o aluno já sabe e com a relação do aluno com o professor. Ele ainda complementa que nos anos atuais, o aluno deixou de ser um mero ouvinte para se tornar um questionador, passando assim, a ser a base do processo de aprendizagem.

Garcia (1999) afirma que se faz necessário considerar a indisciplina na ótica dos processos de socialização e dos relacionamentos existentes na escola, principalmente as relações de convivência com os próprios alunos, com a família e com os demais funcionários que compõem a estrutura pedagógica da escola.

Os conflitos que mais influenciam a indisciplina são: os distúrbios de ordem pessoal e distúrbios relacionais (Içami Tiba, 1998). Todos esses distúrbios têm levado os alunos a uma indisciplina escolar, mas o que é mais agravante neste caso é a violência nas escolas, em casa, e no seu convívio social e familiar. Para este autor a violência começa dentro do seio familiar, e sendo refletida nas escolas pelos alunos que sofrem tal abuso ou ainda quando as regras e os limites deixam de existir. A família deve então assumir o seu papel de educador, de impor limites e atribuir regras aos seus filhos no intuito de diminuir ou facilitar sua passagem pela escola, o que não tem sido comum.

A escola que não possui uma base democrática em sua gestão e nas relações entre professores e os alunos têm maior facilidade para desencadear

conflitos e resistências por parte dos alunos e envolver com o que é proposto pedagogicamente, gerando assim a tão falada indisciplina. É necessário ter uma orientação com bases que reflitam qual é o papel da equipe gestora democrática e participativa em contribuir com esse processo de disciplina e que toda a comunidade ligada à escola esteja envolvida e não somente os profissionais da educação que nela atuam.

“Disciplinar é um ato complementar, isto é, depende das características pessoais do disciplinador e do disciplinado. Portanto, diferentes professores conseguirão diferentes resultados em uma mesma classe.” (TIBA, 1998).

Partindo desse pressuposto, a indisciplina se tornou um dos grandes desafios a ser enfrentado pela Gestão Democrática, e tem sido vivenciada de forma muito intensa e apontada como um dos principais fatores de discussão entre os professores, a família e a equipe gestora da Escola Municipal Maria das Graças Ferreira.

O tema foi escolhido após análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) e dos desafios de indisciplina encontrados na Escola Municipal Maria das Graças Ferreira. A busca do conhecimento relacionado ao assunto proposto se deu, a partir da necessidade de levantar reflexões sobre a questão da indisciplina na escola, uma vez que a conquista da disciplina em sala de aula e no ambiente escolar se tornou um dos grandes desafios da gestão escolar da escola Maria das Graças Ferreira.

Contudo, o trabalho tem como finalidade delimitar os fatores que influenciam a indisciplina no ambiente escolar e os possíveis enfrentamentos que a equipe gestora tem no decorrer do ano letivo para diagnosticar, solucionar ou pelo menos amenizar os desafios encontrados. Tem como princípio norteador um estudo bibliográfico abordando os fatores que geram a indisciplina, o conceito de disciplina e indisciplina na Escola Municipal Maria das Graças Ferreira e identificar e discutir postura e atitudes que devem ser adotadas para a construção da disciplina na escola.

INDISCIPLINA ESCOLAR: FATOR PROBLEMA NO AMBIENTE ESCOLAR E OS DESAFIOS PARA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A indisciplina tem sido uma das questões mais discutidas no âmbito escolar. Suas causas são inúmeras e dificilmente se chega a uma conclusão. Nesse sentido, a primeira decisão a ser tomada é a realização de uma análise na origem do problema, e a partir daí conhecer os motivos que levam o indivíduo a comportar de tal forma.

De acordo com Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2004), “disciplina vem do regime de ordem imposta ou mesmo consentida. Ordem que convém ao bom funcionamento de uma organização”. E a indisciplina “procedimento, ato ou dito contrário a disciplina”. Cabe ao gestor saber administrar essa indisciplina para que não haja prejuízo para os demais alunos e também para toda a escola. A indisciplina na escola e na sala de aula é de grande inquietude para o professor e para toda a escola, é um dos fatores que mais influencia na aprendizagem dos alunos.

Segundo Barbosa (2009), a indisciplina se tornou um dos grandes obstáculos no processo escolar da criança e do adolescente e também acaba por prejudicar o exercício docente gerando um desconforto não somente ao professor como a toda à escola. Estas atitudes de indisciplina exacerbadas tem sido uma das preocupações constantes entre os gestores e os educadores mobilizando a comunidade escolar, e tornando-se o principal foco das reuniões do conselho, pais e corpo docente.

Com um mundo globalizado de hoje a escola já não tem mais recurso para lidar com esta situação sozinha, necessita da ajuda da família. O comportamento de alguns pais, muitas vezes tem deixado a desejar na educação dos filhos. Se a indisciplina, como cita Içami Tiba (1998) vem desde o aleitamento materno, fica claro que a família também é corresponsável pela tão almejada disciplina de seus filhos. A mesma falha neste intento, mesmo sabendo que é ela que deve se responsabilizar em construir esses valores e inculcar limites nos filhos. Sendo assim, a família vem deixando a responsabilidade que é sua por conta da escola.

Conforme Garcia (1999) e Tiba (1998), a indisciplina no contexto escolar, está muito além da sala de aula ou do âmbito escolar, ela perpassa gerações que se perderam nos valores e nos conceitos de que a escola é um lugar de aprendizagem e não de desordem. Para Içami Tiba, os conflitos que mais influenciam a indisciplina são: os distúrbios de ordem pessoal e distúrbios relacionais. Todos esses distúrbios

têm levado os alunos a uma indisciplina escolar, mas o que é mais agravante neste caso é a violência nas escolas, em casa, e no seu convívio social e familiar.

Os distúrbios de ordem pessoal podem ser citados como a origem dos comportamentos ditos indisciplinados, uma vez que a atitude do aluno demonstra claramente um refúgio para começar com a tão falada indisciplina. Os exemplos citados por Oliveira (1996) são: falar ao mesmo tempo em que o professor atrapalhando as aulas, responder com agressões e palavrões, ser grosseiro, brigar ou gerar confusões entre os alunos ou mesmo entre professor e aluno, bagunçar, ser desobediente, não fazer as tarefas escolares e etc.

Os fatores ligados aos distúrbios relacionais são encontrados nas relações internas às famílias (pais, mães e responsáveis), e as relações externas (amigos, professores e gestores). Os problemas mais comuns nessas relações são os exemplos que cada um pode proporcionar a essa criança, visto que a afetividade ou a falta dela, as regras impostas pela sociedade, e a educação firmada entre cada família são as formas que vão incidir sob as manifestações comportamentais dos alunos na escola e no âmbito familiar.

Com isso, vê-se a importância da colaboração e da relação de confiança entre a escola e família, pois, quando as famílias participam da vida escolar de seus filhos, torna-se mais fácil a integração e interação dos alunos com a escola melhorando assim os processos de ensino e aprendizagem. Para Vasconcelos (2013), nos dias atuais quando os pais envolvem positivamente com os projetos desenvolvidos pela escola o sucesso do seu filho está estritamente relacionado ao seu próprio sucesso.

A partir da visão de Vasconcelos e do contexto atual, onde se deve formar cidadãos críticos, conscientes e participativos também é necessário refletir sobre a postura do professor, até que ponto um determinado comportamento é natural ou se torna um comportamento indisciplinado.

A visualização dos problemas e dificuldades de forma ampla, pela equipe gestora torna mais fácil a construção de ideais e de um PPP democrático, que dá suporte àquela família que está com dificuldades em impor as regras e limites quando seu filho tem atitudes de desrespeito diante do professor.

Também pode-se considerar o fato de que os professores se desdobram para oferecer um ambiente favorável para que haja uma aprendizagem significativa,

e mesmo assim não se alcança resultado positivo, pois a causa da indisciplina vai além de um ambiente favorável. Dessa forma, a indisciplina pode ser um indício de alguma carência do aluno para que ele tenha atitudes disciplinadas, mostrando que existe, agindo com rebeldia e brutalidade, só para chamar atenção e ser ouvido por alguém. Entretanto é nesta hora que a equipe gestora e os professores entram em ação, buscando conhecer os problemas que os alunos enfrentam, observando-o e conhecendo sua história de vida.

Sendo assim, o gestor deve sim manifestar sua contrariedade em uma situação de indisciplina, mas sem se exaltar, ele pode mostrar ao aluno que não só ele é prejudicado, mas todo o grupo. E com isso vai ajudá-lo a perceber as consequências de suas ações. A escola tende a buscar estratégias a serem tomadas para que haja maior envolvimento da família no processo.

- Ela está aberta a estagiários de diversas áreas ou mesmo agentes da saúde para ministrar palestras com as famílias e alunos;
- A escola se organiza para receber os pais, sempre que sentem necessidades de falar, reclamar ou trocar ideias;
- Incentivam o ingresso aos projetos de alfabetização que a escola oferece (EJA - Educação de Jovens e Adultos), com intuito de resgatar sua autoestima;
- Envolve a comunidade escolar no cotidiano da escola como: reunião de pais, onde os mesmos ajudam a formular regras e tomadas de decisões, seminário da família, feira cultural, mostras científicas, e etc, ampliando a confiança e o respeito fazendo com que aconteça na escola um trabalho sólido e conjunto, criando um ambiente que favoreça o crescimento do aluno.

Distinguir as regras, dialogar sempre, ouvindo as partes e demonstrar respeito pelos valores de cada um é também outro passo para começar a entender a indisciplina na escola. Pode parecer simples, mas isso é fundamental para manter a disciplina e fazer com que a escola ou sala de aula tenha um ambiente favorável, não só na organização, mas também na aprendizagem.

Se o que se almeja é uma escola disciplinada, faz-se necessário compartilhar com o aluno quais são as expectativas, o que se quer alcançar, para que eles

reflitam sobre as suas potencialidades e que expressem como assumir suas próprias responsabilidades junto à escola.

Contudo, a escola é co-responsável pelo estabelecimento e pela clareza das normas. O que se pretende não é tornar as regras imposta pelo PPP como única, mais sim adequar ao longo do processo qual a melhor maneira de reverter à situação daquele aluno que está gerando problemas para a escola. Tem-se que tomar cautela, pois o não entendimento das mesmas pode reverter em tomadas de decisão indevidas com relação ao grupo de alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo realizado, foi possível perceber que na verdade, em relação à indisciplina busca-se uma causa como se fosse uma doença, onde ao conseguirmos diagnosticar, encontraremos a cura. É preciso analisar algumas das principais causas da indisciplina escolar, baseadas em posicionamentos de alguns teóricos, além da prática, com a finalidade de amenizar as conseqüências da indisciplina frente às dificuldades de aprendizagem.

A escola necessita de ter apoio da família e da sociedade para poder fazer e mostrar o seu trabalho de forma eficiente. É de fundamental importância que a família demonstra confiança na escola, os pais ajudam a reconstruir a autoridade do professor, um item fundamental para que ocorra a aprendizagem. Na medida em que os filhos percebem que os pais os acompanhem na escola, eles começam a compreender o verdadeiro sentido, importância do estudo e como ele é essencial, larga mão de seus atos disciplinares. Com isso, vê-se a importância da colaboração e da relação de confiança entre a escola e família, pois, quando as famílias participam da vida escolar de seus filhos, torna-se mais fácil a integração e interação dos alunos com a escola melhorando assim os processos de ensino e aprendizagem. A interação entre ambos é muito importante, a adesão dos pais é essencial e começa no momento em que se sentem aceitos e respeitados, como todos gostam de serem tratados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Fernanda Aparecida Loiola, **Indisciplina escolar: diferentes olhares teóricos**. IX Congresso Nacional de Educação. 2009. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2748_1737.pdf– Acessado em: 15/09/2013.

GARCIA, Joe, **Indisciplina na escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva**. 1999. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/275/0>. Acesso em:30/07/2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **O minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro :Nova Fronteira, 2004, 5ª Ed.

OLIVEIRA, J. **Estatuto da criança e do adolescente**: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. 7. ed., atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 1996.

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria das Graças Ferreira, 2012.

TIBA, Içami. **Ensinar aprendendo**: como superar os desafios do relacionamento professor-aluno em tempos de globalização. São Paulo: gente, 1998, 8ª Ed.

VASCONCELLOS. Celso dos Santos, **Disciplina e indisciplina na escola**. Revista Presença Pedagógica. Belo Horizonte, MG. P.5-13, 2013.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA**

ECI MAGALHÃES DRUMOND

JACQUELINE BRUM LELLES PINHO

KÁTIA DUARTE LAGE

MARINETE RIBEIRO DE SOUZA

BELO HORIZONTE, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Wanderléa Mendes Guedes do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
1. FINALIDADE DA ESCOLA.....	06
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	07
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa.....	07
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica.....	08
3. CURRÍCULO.....	10
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	12
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	17
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	18
7. AVALIAÇÃO.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERÊNCIAS	24
ANEXOS.....	26

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Maria das Graças Ferreira inscrita CNPJ nº 19.875.046/0001-82, Código do INEP nº 31249319, situada à Rua Áustria, nº 692, Bairro Córrego Alto, CEP: 35170-259 foi criada pela lei municipal nº 2402/93, para atender a demanda excedente de 198 alunos de educação infantil e ensino fundamental da Escola Municipal “Vereador Paulo Franklin” situada no bairro Santa Cruz. Em 08 de julho de 1995, pela portaria nº796/95 da SEE foi autorizado o funcionamento da Escola, com o nome de Escola Municipal do “Córrego Alto” para E.M. “Maria das Graças Ferreira”. Nessa época a Escola funcionava em casa alugada, com atendimento a dois turnos diurnos com 08 turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano. A partir de novembro de 2000, passou a funcionar em Prédio próprio situado na Rua citada acima, construído pela Prefeitura em parcerias com o governo do Estado.

É mantida pela Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, CNPJ nº 19.875.046/0001-82, localizada na Louis Enschede, nº 64 – Centro, Coronel Fabriciano/MG.

Atualmente é uma escola que atende as crianças e adolescentes em tempo integral, em turno e contraturno como já previsto em lei. O quadro de funcionários é composto por 01 diretora, 01 vice-diretora, 03 coordenadores pedagógicos, 01 secretária, 03 auxiliares da educação, 01 ajustamento funcional, 13 auxiliares de serviços educacionais, 04 vigias, 02 bibliotecários, 09 monitores, 28 professores e 01 professor de atendimento especializado. Funciona em três turnos (matutino, vespertino e noturno) autorizados pela portaria SEE/MG nº 1381/2002 em 24/02/02. A escola também atende a Educação Infantil, Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e Anos Finais (6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos (EJA - 1º segmento), contando hoje com 470 alunos. Segundo a LDB a escola, bem como a rede municipal na qual está inserida, tem se adequadado as exigências:

Artigo 34 – A jornada escolar no ensino fundamental incluirá, pelo menos, quatro horas de trabalho em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.
Parágrafo 2º. – O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral a critério dos sistemas de ensino.

A Escola atende alunos dos bairros Córrego Alto, Santa Cruz, São Vicente, Sílvio Pereira II, Santa Luzia, Pedra Linda, Santa Inês. A maioria das famílias possui renda de um

salário mínimo onde, 50% moram em casa própria, embora sem infra-estrutura adequada, 30% em casa alugada ou cedida e 20% em casa própria com boa infra-estrutura. A maioria das famílias possui renda de um salário mínimo.

O nível de escolaridade dos pais tem melhorado muito, pois muitos estão estudando à noite na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Mesmo assim, ainda existem pais analfabetos, sem condições de acompanhar a vida escolar de seus filhos.

A comunidade escolar tem livre acesso à escola, porém, a participação e o envolvimento destes não têm ocorrido de maneira efetiva, limitando-se a eventos, projetos e reuniões.

As famílias praticam diversas religiões, destacando-se a católica. A grande maioria dos pais encontra-se empregados exercendo profissões variadas.

Constatamos também que a mulher vem ganhando destaque no campo familiar, pois elas contribuem significativamente para o aumento da renda familiar.

Conclui-se através do questionário, que os pais estão satisfeitos com a escola, pois existe um bom relacionamento entre profissionais, pais e alunos, favorecendo um bom clima de trabalho.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A Escola Municipal Maria das Graças Ferreira tem como missão contribuir para formar pessoas com atitude positivas diante da vida, através de um ensino de qualidade, onde o aluno se transforme em um cidadão crítico, participativo, consciente de seus direitos e deveres, capaz de atuar e transformar a sociedade em que vive.

Nesta perspectiva, a escola vem sendo mediadora e colaboradora no processo educacional, direcionando e valorizando seu educando no tocante ao desenvolvimento filosófico e cognitivo diante da vida, que saiba se relacionar e que tenha autonomia e capacidade para tomar decisões adequadas, superar dificuldades e conflitos, consciente de seus direitos e deveres.

Pretende oferecer a toda a comunidade escolar, condições de participação e envolvimento de todos, onde o aluno seja agente de transformação em uma sociedade igualitária e democrática.

Acredita no empenho dos profissionais e na participação da comunidade escolar, buscando constantemente uma maior valorização do educando, com o compromisso ético e coerência entre a fala e ação.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A escola é mantida pela Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano. Recebe também a verba do FNDE, e programa mais educação, que é aplicada de acordo com a necessidade da escola e com a aprovação do Conselho Escolar e Fiscal.

A escola é administrada por uma equipe gestora e acompanhada por um Conselho Escolar, que é o órgão representativo da comunidade escolar, escolhido através de eleição, com funções de caráter deliberativo e consultivo nos assuntos referentes à gestão escolar. Este Conselho é composto por: diretor (membro nato), servidores do quadro da escola, pais e alunos a partir do 8º ano do ciclo da adolescência, com seus respectivos suplentes.

O Conselho Escolar tem papel decisivo na democratização da educação e da escola. Ele é um importante espaço no processo de democratização, na medida em que reúne diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político-pedagógico da escola, que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que vivemos. Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania (caderno 1, página 20).

Existe também o Conselho de Classe que é o órgão coordenador e avaliado da ação educativa, que visa o aperfeiçoamento do processo de ensino aprendizagem através de análise coletiva do desempenho do aluno no decorrer do ano letivo. O conselho é composto por professores, coordenadores, especialistas e diretor.

Este conselho é de fundamental importância para o bom andamento e organização escolar.

O prédio da escola possui 8 anos de construção e está em ótimo estado, a possui dois pavimentos com 17 salas de aula, 1 biblioteca, 1 laboratório de ciências, 1 laboratório de informática, 1 laboratório mesa alfabeto, sala de coordenação, secretaria, cantina ampla, sala do diretor, refeitório, dispensas, quadra coberta, banheiros, rampa para deficientes, salas para atendimento do programa Mais Educação e 1 sala de atendimento especializado para atender os alunos com dificuldades de aprendizagem.

A quadra poliesportiva também é usada pela comunidade nos finais de semana, sob coordenação de pessoas responsáveis e futuramente com o projeto escola aberta com oficinas.

A propiciar uma educação de qualidade, a escola utiliza de recursos pedagógicos que possibilitem a elaboração e execução do planejamento que atenda às necessidades dos alunos de forma ativa, e dinâmica, como: caixa acústica, retroprojeter (multimídia), televisão, DVD, câmera fotográfica, jogos pedagógicos, livros de literatura e pesquisa, dicionários, livros didáticos, fantoches, globo terrestre, mapas e atlas geográfico, aparelho de som, microfone, jogos pedagógicos, filmes educativos e recreativos, material dourado, material para aula de Educação Física e computadores.

O mobiliário é adequado e suficiente para os alunos.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

A escola hoje atende 470 aluno(as)s, divididos em 21 turmas, com uma sala de Atendimento Educacional Especializado com 14 aluno(as)s, sendo 01 aluno caracterizado como autista, 13 com déficit de aprendizagem e 01 aluno com deficiência auditiva.

O aluno (a) é o nosso “centro” e a escola vem desenvolvendo vários projetos que comprovam esta afirmação. O corpo docente possui uma atuação comprometida com a aprendizagem o aluno e busca constantemente a formação do ser crítico e criativo.

As atividades pedagógicas desenvolvidas durante as etapas do ano letivo são diversificadas, sendo que, em cada etapa são elaborados projetos, cujos temas correspondam aos interesses e necessidades dos alunos.

Os conteúdos trabalhados são selecionados, observando os seguintes critérios: tema do projeto a ser desenvolvido, ano através de módulos de aprendizagem.

Semanalmente, os professores regentes do Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II se encontram com o coordenador/supervisor, nos horários de aulas específicas dos alunos para discutir e avaliar propostas pedagógicas ou estudo de textos educativos.

Os monitores do Tempo Integral desenvolvem atividades de forma diferenciada, dando ênfase ao lúdico, proporcionando ao educando uma aprendizagem em ambientes diversificados, além dos muros da escola.

Os professores da Educação de Jovens e Adultos se encontram semanalmente na Secretaria Municipal de Educação e Cultura com o coordenador para desenvolver o planejamento.

Nos módulos destinados a estudo são priorizados assuntos sugeridos pelos professores, temas atuais e teorias necessárias para subsidiar uma prática docente consistente e estão organizados de forma que os professores do mesmo ano e mesmo conteúdo possam reunir no mesmo dia e horário.

Uma vez que havendo necessidades a escola se reúne num encontro coletivo sob a coordenação do diretor.

No início de cada ano letivo, os professores analisam as fichas individuais dos alunos do ano anterior e traça o perfil das turmas para dar continuidade ao processo de aquisição das habilidades e competências, de forma sistemática e intencional, considerando seus conhecimentos prévios como ponto de partida.

O planejamento do ensino deve focalizar sua atenção em objetivos educacionais e conteúdos essenciais a serem desenvolvidos, levando em conta as possibilidades diferenciadas de trabalho em sala de aula, em função das necessidades de aprendizagem dos alunos.

A escola deverá estabelecer como norteadores de suas ações pedagógicas:

a) Os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum.

b) Os princípios dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

c) A inclusão como forma de combate a discriminação em todos os aspectos e da convivência entre os diferentes.

d) A valorização da cultura afro-brasileira.

Ao definir sua proposta pedagógica, a escola devesa explicar o reconhecimento da identidade pessoal dos alunos, professores e outros profissionais do respectivo sistema de ensino.

O plano de ensino de cada equipe de professor deve resultar de um trabalho coletivo, envolvendo as equipes de profissionais que atuam no mesmo ciclo, ano ou área curricular.

3. CURRÍCULO

A organização curricular abrange todas as atividades educativas a serem desenvolvidas tanto no ambiente escolar, quando fora dele possibilitando a cada educando situar-se como cidadão no mundo, como produtor de cultura e promotor do desenvolvimento.

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais. Silva (1996, p. 23)

Entende-se por atividade educativa curricular a ação docente/discente concebida pela equipe escolar em sua proposta pedagógica como uma prática inovadora, integrada e relacionada a diversas dimensões do desenvolvimento humano.

Na construção e elaboração da organização curricular são observadas as seguintes diretrizes: difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática, consideração das condições de escolaridade dos educandos, dos tempos humanos, suas individualidades e seus limites na unidade escolar, orientação para o trabalho, promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais, através das atividades complementares, metodologia, técnicas e materiais de ensino de aprendizagem adequados à clientela e aos limites humanos a serem desenvolvidas e formas de avaliação.

A organização curricular fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n 9.394, nas orientações curriculares nacionais e nas demais normas vigentes aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação do Município.

A organização curricular deve fundamentar o planejamento das atividades pedagógicas, elaborado pelos docentes, sob a coordenação e acompanhamento da direção, pedagogos e coordenadores pedagógicos da unidade escolar.

Na Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, a organização curricular fundamenta-se nos estudos sobre o desenvolvimento e as formas de aprendizagem da

criança observando o cumprimento das funções indispensáveis e indissociáveis de educar e cuidar.

No currículo da Educação Infantil será assegurada a formação humana da criança, respeitados os diversos campos do seu saber e do seu cotidiano sendo o desenvolvimento dos eixos da Base Nacional Comum deve ser pautado nas brincadeiras e na interatividade: Formação Pessoal e Social: Identidade e Autonomia, conhecimento de mundo: Linguagem Oral e Escrita, Arte, Conhecimento Lógico Matemático, Movimento, Literatura, Natureza e Sociedade.

No Ensino Fundamental, os componentes curriculares são distribuídos nas áreas do conhecimento adequados à realidade e aos interesses do educando, da família e da comunidade, com o mínimo de 800 horas anuais da Base Nacional Comum.

Será acrescida a essa carga horária, atividades de estudos complementares, no contra turno, perfazendo o total mínimo de 1.600 (mil e seiscentas) horas sendo constituído de: Base Nacional Comum: Língua Portuguesa, Artes, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física e Educação Religiosa; Parte Diversificada: Língua Estrangeira Moderna Inglês, Informática, Filosofia; Atividades Complementares: definidas nos macro campos, distribuídas de acordo com a matriz curricular e a realidade de cada unidade escolar.

No ensino da educação religiosa como parte integrante da formação básica do cidadão, deve ser assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa, vedadas quaisquer formas de proselitismo, enfocando os princípios e valores morais e sociais.

Os temas transversais são trabalhados ao longo do ano letivo, de forma interdisciplinar e contextualizados, através de projetos, de modo a propiciar a constituição do saber aliado ao exercício da cidadania plena e à atualização de conhecimentos e valores, numa perspectiva crítica, consciente e responsável:

- a) Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade;
- b) Educação Ambiental, Educação Fiscal;
- c) Educação para o trânsito;
- d) Saúde, Ética e Música (aulas de percussão, violão e flauta);
- e) Enfrentando a violência contra a criança e o adolescente.

História e Cultura-Afro-Brasileira, Africana e Indígena, como conteúdos obrigatórios, serão trabalhados ao longo do ano letivo em todas as disciplinas, em especial nas áreas de Língua Portuguesa e Literatura, Artes e História, do ensino fundamental.

O Programa de Educação Integral em Tempo Integral (Mais Educação) tem por finalidade: contribuir para a melhoria da aprendizagem através da ampliação do tempo, do espaço e das oportunidades educativas, contribuindo para a redução da evasão, da reprovação, da distorção Idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento e o aproveitamento escolar. Promovendo a aproximação entre a escola, à família e a comunidade, como também a promoção do gosto pela educação e a aprendizagem em tempo integral, desenvolvendo o conhecimento cognitivo, e de habilidades e competências artísticas, culturais e corporais. Possui macro campos diversificados conforme quadro de componentes curriculares complementares aprovados pela SMEC em anexo.

Na Educação Especial, a organização curricular segue as orientações curriculares da Educação Básica, as Diretrizes Nacionais para Educação Básica – Parecer CNE nº 17/01; - a resolução CNE nº 02/01 e Diretrizes Pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sendo estruturada de forma a atender aos alunos com deficiências, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação observando: a introdução ou eliminação de conteúdos, considerando a condição individual do educando; a modificação metodológica dos procedimentos na organização didática e na introdução de métodos; a temporalidade com flexibilização do tempo para realizar as atividades e o desenvolvimento de conteúdos;

A avaliação e promoção com critérios diferenciados de acordo com as adequações e em consonância com o projeto pedagógico da unidade escolar.

EJA – A educação de jovens e adultos, garantida no Art. 37 da LDBEN e regulamentada pela lei nº 11.741, de 2008, é oferecida em nossa escola nas séries iniciais do ensino fundamental, no turno noturno, com a exigência de no mínimo 15 anos para o ingresso do aluno.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A organização curricular abrange todas as atividades educativas a serem desenvolvidas tanto no ambiente escolar, quando fora dele possibilitando a cada educando situar-se como cidadão no mundo, como produtor de cultura e promotor do desenvolvimento.

Entende-se por atividade educativa curricular a ação docente/discente concebida pela equipe escolar em sua proposta pedagógica como uma prática inovadora, integrada e relacionada a diversas dimensões do desenvolvimento humano.

Na construção e elaboração da organização curricular são observadas as seguintes diretrizes: difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática, consideração das condições de escolaridade dos educandos, dos tempos humanos, suas individualidades e seus limites na unidade escolar, orientação para o trabalho, promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais, através das atividades complementares, metodologia, técnicas e materiais de ensino de aprendizagem adequados à clientela e aos limites humanos a serem desenvolvidas e formas de avaliação.

A organização curricular se fundamenta a partir do planejamento das atividades pedagógicas, elaborado pelos docentes, sob a coordenação e acompanhamento da direção, e dois coordenadores pedagógicos da unidade escolar semanalmente, um coordenador para Educação Infantil e anos iniciais e outro coordenador para os anos finais.

Na Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, a organização curricular fundamenta-se nos estudos sobre o desenvolvimento e as formas de aprendizagem da criança observando o cumprimento das funções indispensáveis e indissociáveis de educar e cuidar.

No currículo da Educação Infantil será assegurada a formação humana da criança, respeitados os diversos campos do seu saber e do seu cotidiano sendo o desenvolvimento dos eixos da Base Nacional Comum deve ser pautado nas brincadeiras e na interatividade: Formação Pessoal e Social: Identidade e Autonomia, conhecimento de mundo: Linguagem Oral e Escrita, Arte, Conhecimento Lógico Matemático, Movimento, Literatura, Natureza e Sociedade.

No Ensino Fundamental, os componentes curriculares são distribuídos nas áreas do conhecimento adequados à realidade e aos interesses do educando, da família e da comunidade, com o mínimo de 800 horas anuais da Base Nacional Comum.

Serão acrescidas a essa carga horária, atividades de estudos complementares, no contra turno, perfazendo o total mínimo de 1.600 (mil e seiscentas) horas sendo constituído de: Base Nacional Comum: Língua Portuguesa, Artes, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física e Educação Religiosa; Parte Diversificada: Língua Estrangeira Moderna Inglês, Informática, Filosofia; Atividades Complementares: definidas nos macro campos, distribuídas de acordo com a matriz curricular e a realidade de cada unidade escolar.

No ensino da educação religiosa como parte integrante da formação básica do cidadão, deve ser assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa, vedadas quaisquer formas de proselitismo, enfocando os princípios e valores morais e sociais.

Os temas transversais serão trabalhados ao longo do ano letivo, de forma interdisciplinar e contextualizados, através de projetos, de modo a propiciar a constituição do saber aliado ao exercício da cidadania plena e à atualização de conhecimentos e valores, numa perspectiva crítica consciente e responsável:

- f) Prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade;
- g) Educação Ambiental, Educação Fiscal;
- h) Educação para o trânsito;
- i) Saúde, Ética e Música (aulas de percussão, violão e flauta);
- j) Enfrentando a violência contra a criança e o adolescente.

História e Cultura-Afro-Brasileira, Africana e Indígena, como conteúdos obrigatórios, serão trabalhados ao longo do ano letivo em todas as disciplinas, em especial nas áreas de Língua Portuguesa e Literatura, Artes e História, do ensino fundamental.

O Programa de Educação Integral em Tempo Integral (Mais Educação) tem por finalidade: contribuir para a melhoria da aprendizagem através da ampliação do tempo, do espaço e das oportunidades educativas, contribuindo para a redução da evasão, da reprovação, da distorção Idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento e o aproveitamento escolar. Promovendo a aproximação entre a escola, à família e a comunidade, como também a promoção do gosto pela educação e a aprendizagem em tempo integral, desenvolvendo o conhecimento cognitivo, e de habilidades e competências artísticas, culturais e corporais. Possui macro campos

diversificados conforme quadro de componentes curriculares complementares aprovados pela Secretaria Municipal de Educação em anexo.

Na Educação Especial, a organização curricular segue as orientações curriculares da Educação Básica, as Diretrizes Nacionais para Educação Básica – Parecer CNE nº 17/01; - a resolução CNE nº 02/01 e Diretrizes Pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sendo estruturada de forma a atender aos alunos com deficiências, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação observando: a introdução ou eliminação de conteúdos, considerando a condição individual do educando; a modificação metodológica dos procedimentos na organização didática e na introdução de métodos; a temporalidade com flexibilização do tempo para realizar as atividades e o desenvolvimento de conteúdos;

A avaliação e promoção com critérios diferenciados de acordo com as adequações e em consonância com o projeto pedagógico da unidade escolar.

A Educação de Jovens e Adultos – A educação de jovens e adultos, garantida no Art. 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e regulamentada pela lei nº 11.741, de 2008, é oferecida em nossa escola nas séries iniciais do ensino fundamental, no turno noturno, com a exigência de no mínimo 15 anos para o ingresso do aluno.

A progressão continuada trata-se de recursos que permite às escolas desenvolverem seus currículos, dentro de um mesmo nível de ensino, de forma contínua, não estabelecendo mecanismos de reprovação ou de retenção do aluno.

O regimento de progressão continuada implica maior compromisso da escola para com a aprendizagem do aluno, uma vez que ela cabe a responsabilidade de garantir ao aluno condições para que ele aprenda, utilizando-se da competência de seus profissionais, dos recursos pedagógicos ao seu alcance, do auxílio da família e do apoio da comunidade escolar.

Será oferecida na rede regular de ensino, modalidade de educação escolar para portadores de necessidades especiais.

Haverá, quando necessários, serviços de apoio especializado para atender a clientela de educação especial.

O atendimento será feito em classes, quando não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

A oferta da educação especial obedecerá a mais faixa etária dos alunos do ensino regular.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A escola se organiza a partir das leis básicas que regem a educação nos dias de hoje como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Constituição Federal, leis educacionais municipais que auxiliam na construção dos documentos que norteiam a unidade escolar que são o regimento e o projeto político pedagógico, sendo ambos, construído diretamente com a participação de toda comunidade escolar e revisado sempre que necessário pela mesma. Uma vez que a educação tem seguido rumos cada vez mais democráticos e participativos a consolidação das decisões a partir de Conselhos Escolares tem auxiliado muito o papel do diretor dentro da escola. Nesse sentido, a escola tem buscado cada dia mais fortalecer as ações colegiadas uma vez que é o Conselho Escolar e o Conselho Fiscal que definem as principais propostas e aquisições na escola através de assembléias realizadas sempre que necessárias. A metodologia adotada pela escola, o planejamento semanal dos professores, o calendário escolar tudo é discutido, analisado e construído pelos professores, secretária e equipe gestora baseado nas orientações da Secretaria Municipal de Educação e adequado a realidade escolar. Os problemas que surgem no decorrer do ano letivo são solucionados sempre a partir de ações coletivas.

O Conselho Escolar tem papel decisivo na democratização da educação e da escola. Ele é um importante espaço no processo de democratização, na medida em que reúne diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político-pedagógico da escola, que deve ser visto debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que vivemos. Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania (caderno 1, pagina 20).

6. RELAÇÃO DE TRABALHO

A Escola incentiva à presença de pais/responsáveis não só para a participação de reuniões e festas. Este incentivo se dá através de projetos de voluntariado, estágios, convite para diversas atividades, como ensaios para apresentações e confecção de materiais para trabalhos em sala e ainda, pequenos reparos na escola, em uma ação contínua, uma vez que os pais estão sempre em contato com a escola executando, sempre junto aos funcionários, tarefas que nos auxiliem no dia a dia.

A Escola está aberta para estágios de estudantes das diversas áreas de atuação, auxiliando no seu processo de ensino e aprendizagem, aumentando sua experiência e contribuindo para sua formação profissional.

Esses estagiários são beneficiados com a experiência e também beneficiam os nossos educandos, uma vez que os orientam em diversas áreas, desde a educação sexual, orientação profissional, prevenção ao uso das drogas, entre outros temas relevantes para a sociedade. O estágio na Escola contempla várias áreas (Psicologia, Nutrição, Pedagogia, Engenharias, entre outras).

A Escola preza pela disciplina e o bom andamento das atividades escolares. Para tanto, adota normas de convivência que são aplicados tanto para o corpo discente quanto para o corpo docente e explicitado no regimento.

A Escola tem um papel fundamental no relacionamento entre o aluno e sua família, especialmente no que tange à educação recebida dentro do ambiente familiar. Além de educar as famílias, no sentido de informar sobre o desenvolvimento do educando e atendimento psicológico, também é papel da Escola conhecer a situação familiar de seus alunos, com o objetivo de identificar as possíveis causas de déficit de aprendizagem e determinados comportamentos não condizentes com faixa etária e desenvolvimento cognitivo para a idade.

De uma forma geral, os pais procuram saber a situação escolar dos seus filhos, quando estes são convocados a reuniões de Pais e Mestres, e até mesmo quando não convocados procuram os professores/coordenadores/direção demonstrando interesse em acompanhar o desenvolvimento dos seus filhos. Em contrapartida, há aqueles que não se envolvem em questões concernentes à escola e seus filhos, nem mesmo quando convocados, e a estes a Escola se encontra no dever de encaminhar o caso ao Conselho Tutelar para a tomada das providências cabíveis.

Os pais também procuram participar de eventos que ocorrem na escola e fora dela, como seminários, mostra cultural, festa junina/julina, desfile de Sete de Setembro, entre outras.

Há um bom relacionamento entre as famílias e a equipe gestora da escola, contribuindo assim para que a relação família-escola ocorra de forma participativa e ativa.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação é uma das atividades que ocorre dentro de um processo pedagógico. Esse processo inclui outras ações que implicam na própria formulação dos objetivos da ação educativa, na definição de seus conteúdos e métodos, entre outros. A avaliação, portanto, sendo parte de um processo maior, deve ser usada tanto no sentido de um acompanhamento do desenvolvimento do estudante, como no sentido de uma apreciação final sobre o que este estudante pôde obter em um determinado período, sempre com vistas a planejar ações educativas futuras. (FERNANDES.FREITAS.2007,p.47)

A avaliação é de extrema importância, pois ela direciona para a melhoria do ensino-aprendizagem, deixando claros os aspectos globais, integrando a comunidade ao contexto escolar. É por meio deste que é possível perceber possíveis falhas procurando melhorar a cada dia. Ela ocorrerá de forma processual e contínua. Será coerente com o Currículo, valorizando todo e qualquer progresso do aluno; será valorizado seu crescimento enquanto ser individual e social, ressaltando as aprendizagens significativas que o levem ao desenvolvimento de competências e habilidades.

Os registros são diferenciados de acordo com o tempo em que se encontra o educando, na Educação Infantil serão expressos sob a forma de parecer descritivo individual, em portfólio, através de observação e registros contínuos no decorrer de cada etapa, refletindo nos aspectos de linguagem oral e escrita, artes visuais, musical, matemática, natureza e sociedade, movimento, expressividade e equilíbrio, sem fins promocionais.

No Ensino Fundamental e na Educação Integral, a avaliação se dará através de conceitos das áreas de conhecimentos e registro em fichas individuais.

Os critérios de avaliação explicitam as expectativas de aprendizagem, considerando os objetivos e conteúdos propostos para a área e para o ciclo, as particularidades de cada tempo humano e as possibilidades de aprendizagem decorrentes de cada etapa do desenvolvimento cognitivo, afetivo, motor, social e cultural, conforme Regimento Escolar.

Na Educação Infantil tem o caráter de observar o desenvolvimento da aprendizagem das crianças, sua autonomia, socialização no espaço escolar, inclusão, desenvolvimento da autoestima favorável ao seu crescimento, desenvolvimento motor, cultural e a construção da responsabilidade com o coletivo.

No Ensino Fundamental é realizada por meio da observação e do acompanhamento contínuo das atividades individuais e coletivas, conhecimento cognitivo dos conteúdos da base nacional comum e parte diversificada, com o objetivo de detectar indicadores do desenvolvimento cognitivo e humano dos educandos.

Nas atividades complementares da Educação Integral, a avaliação constitui instrumento de valorização e de estímulo ao desenvolvimento das habilidades e competências adquiridas pelos educandos em cada modalidade ofertada, considerando as aptidões de cada um, não tendo caráter de promoção, nem de comparação entre os educandos.

Na Educação Especial, são adotadas formas diferenciadas de modo a atender as peculiaridades de deficiências educativas especiais de cada educando, inserido nas classes comuns.

As formas e os procedimentos de avaliação da aprendizagem são fundamentados na Proposta Pedagógica da unidade escolar e devem ser objeto de registro para subsidiar as decisões e informações sobre a vida escolar do educando, tendo como base as diretrizes gerais da Secretaria Municipal de Educação, em cada nível e modalidade de ensino.

No Ensino Fundamental e na Educação Integral, a avaliação se dará através de conceitos das áreas de conhecimentos e registro em fichas individuais tendo como referencial:

90 a 100% - Conceito A (obteve ótimo desenvolvimento na aprendizagem);

70 a 89% - Conceito B (obteve bom desenvolvimento na aprendizagem);

60 a 69% - Conceito C (obteve desenvolvimento satisfatório na aprendizagem);

Abaixo de 59% - Conceito D (não obteve desenvolvimento satisfatório).

Em cada etapa do ensino fundamental, deverão ser oferecidos no mínimo 03 (três) avaliações em cada conteúdo curricular, podendo estas ser elaboradas de forma interdisciplinar sendo que:

- a) O resultado de cada etapa deverá ser registrado em forma de percentual;
- b) Registrar a média dos percentuais obtidos pelo educando no final de cada etapa;
- c) Converter esta média em conceito conforme consta o artigo 123, e registrar para cada conceito os avanços e as dificuldades do educando no conteúdo indicado.

O resultado da avaliação deve proporcionar dados que permitam a reflexão sobre a ação pedagógica, contribuindo para que a unidade escolar possa reorganizar conteúdos/instrumentos e métodos de ensino.

As atividades complementares oferecidas pelas unidades de ensino que oferecem tempo integral, não serão objeto de promoção.

Na avaliação, devem ser considerados os resultados obtidos durante todo o período letivo, num processo contínuo, expressando o desenvolvimento escolar dos educandos, visando, portanto, fornecer informações sobre objetivos que foram alcançados, orientando o ajuste e a intervenção pedagógica para que o educando aprenda da melhor forma, indicando as bases para o planejamento e o replanejamento das atividades curriculares, fornecendo dados sobre o desenvolvimento do educando permitindo-lhe tomar consciência de seus avanços, dificuldades e possibilidades e possibilitar ao professor a reflexão sobre a sua prática educativa.

Os instrumentos de avaliação utilizados ao longo das etapas são: trabalhos avaliativos, pesquisas, diagnósticos e observação de campo.

A recuperação é feita paralela ao final de cada etapa no intuito auxiliar o aluno na regularização das notas e no desenvolvimento da aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho servirá como suporte para que a escola possa analisar sua prática pedagógica para que atenda às necessidades educativas, procurando soluções para os problemas enfrentados. O Projeto foi resultado de reuniões, discussões e diagnósticos junto à comunidade, alunos e funcionários. Todos que se empenharam na elaboração deste Projeto Político Pedagógico, acreditam ser este um consolidado dos anseios da comunidade escolar que auxiliará nas práticas pedagógicas, visando à formação do aluno como um todo, capaz de se inserir nesta sociedade em transformação.

REFERÊNCIAS

- Brasil. Constituição (1998). Constituição: República Federativa do Brasil.
- Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Distrito Federal (Brasil). Secretaria de Estado de Educação. Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública do Distrito Federal. – 3ª ed. – Brasília; Subsecretaria de Educação Pública, 2004.
- DALMÁS, A. Planejamento Participativo na Escola, 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GADOTTI, M. Pressupostos do projeto pedagógico. In: Conferência.
- ABRANTES, Paulo. *Trabalho de Projetos e Aprendizagem de matemática*. In: Avaliação e Educação Matemática. Rio de Janeiro: MEN/USU-GEPEM, 1995.
- ARMSTRONG, T. *Inteligências Múltiplas em sala de aula*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- BAQUERO, R. *Vigotsky e a aprendizagem escolar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- CAGLIARI, L.C. *Alfabetização e Lingüística*. Scipione, 1999 _____. Alfabetizando sem ba-bé-bi-bó-bi. São Paulo: Scipione 1999.
- CALVIN, W.H. *Como o cérebro pensa*. Rio de Janeiro: Rocco/Ciência Atual. 1998.
- CAMPBELL, L.; CAMPBELL, B.; DICKINSON, D. *Ensino e aprendizagem por meio das inteligências múltiplas*. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- COLL, César S. *Aprendizagem escolar e construção de conhecimento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- FERREIRO, E. *Reflexões sobre alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1985 _____. *Além da alfabetização*. São Paulo: Cortez 1987.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. e PALÁCIO, M.G. *Os processos de leitura e escrita: Novas perspectivas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FONSECA, V, da, *Aprender a aprender*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- GARDNER, H. et al. *Projeto Spectrum – A teoria das inteligências Múltiplas na educação Infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2001 – v. 1 e 2

JOLIBERT, Jonette. Formando Crianças leitoras. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. ____ *Formando crianças produtoras de texto*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

KLEIMANN, A.B.(ORG.) *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado das Letras. 1995.

LEMLE, M. *Guia Teórico do Alfabetizador*. São Paulo: Ática, 1993.

Desenvolvimento e aprendizagem na escola: Aspectos culturais, metodológicos e psicológicos. São Paulo: GEDH, 1957.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria do Ensino Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa (1ª à 4ª série)*. Brasília/DF, 1997. ____ *Referenciais para a Formação de professores*. Brasília/DF 1998.

ANEXOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FABRICIANO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CALENDÁRIO ESCOLAR – ANO 2013

UNIDADE ESCOLAR: ESCOLA MUNICIPAL “MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA”
ENDEREÇO: RUA ÁUSTRIA, 692, CÓRREGO ALTO, CORONEL FABRICIANO/MG. CEP: 35.170-259
MODALIDADE : EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS DO ENS. FUNDAMENTAL

JANEIRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		
1 - Condição de Educação Universal						

FEVEREIRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28		
12 - Carnaval 13 - Cinzas						

MARÇO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						
29 - Paixão de Cristo 31 - Páscoa						

ABRIL						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				
21 - Tiradentes						

MAIO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	
1 - Dia do trabalhador 30 - Corpus Christi						

JUNHO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

JULHO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

AGOSTO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

SETEMBRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						
7 - Independência do Brasil						

OUTUBRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		
12 - Nossa Sra. Aparecida						

NOVEMBRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
2 - Finados 15 - Proclamação da República						

DEZEMBRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			
25 - Natal						

LEGENDA:

<p>{ Início e término do Ano Escolar</p> <p>○ Início e término do Semestre Letivo</p> <p>ñ Consciência Negra</p> <p>■ Seminário da Educação</p> <p>Ÿ Início e término de Etapa</p> <p>F Seminário da Família</p>	<p>£ Reunião de Pais</p> <p>♪ Encontro Coletivo / Conselho de classe (Extra – turno)</p> <p>Ⓛ Feriado Letivo</p> <p>Ř Estudos de Recuperação Final</p> <p>♥ Avaliações globalizantes</p>	<p>♣ Feriado</p> <p>f Aula Inaugural</p> <p>F Sábado Letivo</p> <p>¶ Férias/Recesso</p> <p>§ Renovação de Matrícula</p> <p>& Mostra de Ciências</p>
--	--	---